

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de março de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (57)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar: a Mensagem nº 5.169/18, do Poder Executivo: veto parcial ao projeto de lei nº 22.975/2018, que modifica a estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo estadual e dá outras providências; a Mensagem nº 5.170/2019, do Poder Executivo: veto integral ao projeto de lei nº 22.933/2018, que altera a redação dos artigos 2 e 16, ambos da Lei nº 11.918, de 16 de junho de 2010, que extinguiu o Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária-Ipraj.

Não há expediente a ser anunciado, não há manifestação de oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

(Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PP, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

(Pausa)

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, me auto indico.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da imprensa, minha princesa, minha rainha, a razão da minha vida, que encontra-se nas galerias solitariamente, fonte inspiradora da minha vida. Um adversário político seu, deputado Rosenberg, quando nós começamos a namorar – isso já faz mais de 17 anos, era nosso colega deputado, aqui, Michel Hage – ela veio almoçar comigo, e ele à mesa disse assim: “A senhora faz o quê?” Ela respondeu: “Veterinária”. Então está resolvido. Para tomar conta de um animal desse só mesmo uma veterinária.

Os trabalhos desta casa se desenvolveriam de forma muito melhor se você estivesse mais perto a me mostrar o norte, a me iluminar. A minha vontade era de me dirigir a você de joelhos, mas não posso quebrar o decoro parlamentar. Fazendo esta homenagem a minha mulher, que ela se espraie a todas as mulheres neste momento tão triste que a sociedade atravessa com tanta violência de gênero.

Eu não sei se a violência de gênero, eu não sei nem classificar, deputadas, que tipo de violência é essa. Isso é uma estupidez sem tamanho que me causa perplexidade.

A votação do veto precisa seguir o rito, deputada presidente. O deputado Rosenberg queria nesta sessão extraordinária, que foi convocada por V. Ex.^a para essa finalidade, votar também os projetos de honrarias com que nós nos comprometemos, mas não será possível, porque a sessão convocada para votar o veto é específica do veto e tem rito próprio. O veto tem que ser aqui aprovado ou rejeitado. A maioria tem quórum qualificado. Tem que ser a maioria dos deputados, é a maioria absoluta, não é a maioria presente dos deputados. Os vetos são inocentes, eu até encaminho o voto sim para a manutenção dos vetos, porque não podemos fazer oposição e política com o fígado. Não estou aqui para colocar chifre em cabeça de burro, cabelo em ovo.

Deputado Euclides, V. Ex.^a quando adentra este plenário...

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Por favor, tem um deputado na tribuna. Silêncio, por favor! Tem um deputado na tribuna.

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) o plenário entra em ebulição. Eu acho que a presença de Zé Cocá que é seu adversário, está passando um rolo por cima de V. Ex.^a até a esposa de S. Ex.^a o governador já declarou apoio a ele e V. Ex.^a fica aí puxando o saco do governo. Deputado Euclides, V. Ex.^a aprenda, quem tem sorte, joga e ganha, quem não tem, perde e apanha. A sorte, o vento está soprando favorável a Zé Cocá, ou V. Ex.^a toma Zé Cocá como compadre ou vai perder a eleição para o ano em Jequié. V. Ex.^a é quem escolhe. O governo já escolheu o lado e não é o lado de V. Ex.^a, eu fico lamentando, porque V. Ex.^a é um bravo e honrado guerreiro em defesa dos interesses do governador Rui Costa nesta Casa, não merecia ser maltratado logo no terreiro de V. Ex.^a. Por mais importante que sejam as outras cidades, deputado Euclides e são, a minha é muito importante, mas para V. Ex.^a Jequié tem uma importância muito maior...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) vou conceder um aparte a V. Ex.^a mas, antes, primeiro, eu quero dizer aos senhores que estou em mãos com uma publicação: “Governo Bolsonaro ameaça futuro da Ford na Bahia”. Eu quero dizer que nós, políticos, multiplicadores de opinião, estarmos dando ensejo a isso se espalhar junto à sociedade, provocando até sensacionalismo isso traz angústia, preocupação para muitos pequenos empresários que vivem disso.

A Ford fique no Brasil ou saia do Brasil, produza automóveis, produza caminhões ou não produza é uma questão de opção dela, deputado Paulo Rangel, mas tem toda uma indústria periférica que vive e sobrevive disso.

Na verdade, precisamos, e eu preciso registrar novamente, porque tem colegas nossos insistindo nessa pauta, a Ford manifestou a vontade, o desejo e a intenção de fechar a fábrica de caminhões de São Bernardo do Campo no final do ano. O empresário não se instala, não faz os investimentos, não bota o comércio, a indústria para fazer filantropia, coloca para ganhar dinheiro, o interesse primeiro é econômico da classe empresarial.

Agora, o problema que tem aqui, eu acho que o governo está certo, e fosse lá qual fosse o governo eu defenderia, é que a Ford recebeu para produzir caminhões em São Bernardo um incentivo de R\$ 7 bilhões, e esses bilhões são nossos, que poderiam ter sido investidos em educação, em saúde, mas foram liberados como um incentivo para a Ford Caminhões. A Ford não tem mais interesse em produzir caminhão e há muito tempo que ela não investe, deputado Alencar, em tecnologia para produção de caminhões, já dando todos os sinais de que isso viria a ocorrer. Pronto, isso é pacífico!

Quem é que tem um amigo ou um conhecido aqui que nos últimos três anos comprou caminhão Ford para aumentar a sua frota? Caminhão Ford, há muito tempo que ninguém compra, deputado Rosemberg. Então, isso foi uma morte previamente anunciada. Eu fico é com raiva do governo que colocou R\$ 7 bilhões e tem agora, é certo, que buscar esse dinheiro em forma de amparo àqueles 1.800 funcionários que vão ficar desempregados. De alguma forma isso tem que voltar para a sociedade! Pronto.

O que foi dito lá pelo secretário do Ministério, numa reunião, é que de igual modo como foi feito em São Paulo, na Bahia a Ford recebe incentivos que estão previstos até 2025. Mas a Ford, aqui, não produz caminhão, produz automóvel e a fábrica está muito bem, obrigado. Então não tem risco nenhum para Camaçari, para a Bahia, para a indústria periférica da Ford aqui no nosso estado e nós ficamos aqui feito bobos falando sobre esse assunto, espalhando o terror.

Naturalmente, o que a imprensa fala é uma obrigação dela falar, veicular os seus opinativos. Agora, isso é um mero exercício de interpretação do jornalismo, e eles têm direito à interpretação e opinião. De certa forma, creio eu que é uma interpretação exagerada e por isso se torna sensacionalista.

Com a palavra para aparte o deputado Euclides Fernandes, já previamente derrotado por Zé Cocá.

O Sr. Euclides Fernandes: Meu caro deputado Targino, Líder da Minoria, V. Ex.^a faz seu papel de criar certos descontentamentos, certas intrigas, dentro da base do governo. Mas, eu digo a V. Ex.^a, grau de satisfação desse deputado e da comunidade regional de Jequié, a qual represento, já em 4 mandatos de deputado estadual, sempre tendo o Rui Costa, atual governador, como meu líder, antes mesmo de ser governador do estado da Bahia, e já quando ele foi candidato a federal, tendo lá o nosso apoio.

A satisfação de nossa comunidade é muito grande, pelas grandes entregas de obras e benfeitorias, que Jequié e região têm recebido. No que tange ao Zé Cocá, que V. Ex.^a tanto insiste em querer botar o veneno numa relação bem constituída ao longo dos anos. Zé Cocá, prefeito de Lafaiete Coutinho, por duas vezes que eu fui candidato estadual, esteve lá comigo, me dando mais de 70% dos votos.

Eu estimo Zé Cocá, acho ele um bom político, e a região terá, agora, não só o deputado Euclides Fernandes, como terá também, trabalhando, levando entregas, benfeitorias, tanto do governo estadual como do governo federal, que ele também é muito estruturado no governo federal, através do deputado federal Cacá, com certeza esse deputado só tem satisfação e alegria em ver as coisas correrem bem para Jequié e nossa região.

O Sr. TARGINO MACHADO: Deputado Euclides Fernandes...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, para concluir.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu concluo, Excelência, dizendo ao deputado Euclides Fernandes, que se V. Ex.^a passar no corredor na Globo, é contratado, porque V. Ex.^a é um grande artista. E nesse tom, teremos dificuldades aqui...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) teremos dificuldades aqui em montar um filme, deputado Robinho, em montar um filme, porque aqui só tem artista nesta Casa...

O Sr. Robinho: V. Ex.^a me permite um aparte?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado Targino. Já acabou o tempo.

O Sr. TARGINO MACHADO: Com o aparte o deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Pelo pouco que eu conheço da história daquela região...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Robinho, acabou o tempo....

O Sr. TARGINO MACHADO: Não acabou não, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Acabou, sim. Conclua, deputado.

O Sr. Robinho: Pelo pouco que eu conheço da história de Jequié, Lafaiete Coutinho, o Zé Cocá é credor seu, meu amigo Euclides, porque por duas vezes votou em você, e deu uma expressiva votação. E ontem, estando com o governador, quando o governador, na bancada do PP, perguntou se o Zé Cocá seria candidato a prefeito de Jequié e eu tenho certeza que você vai juntar-se a essa força de Zé Cocá, para direcionar o crescimento de Jequié e região.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Não há orador, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar orador.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou nobre Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Não há orador, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou nobre Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador.

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ordem do Dia.

Em discussão única e votação, a Mensagem nº 5.169/2018, procedente do Poder Executivo, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 22.975/2018, que (lê) *“Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”*.

O Sr. Targino Machado: Para discutir, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de 20 minutos, na condição de Líder da Minoria.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós vamos convidar a esposa do deputado Targino, para toda semana ela estar aqui às terças-feiras. (Risos)

O Sr. TARGINO MACHADO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu quero... E para a tranquilidade dos senhores, não sei se usarei somente os 20 minutos, se posso me exceder um pouco, não é, presidente? E quero trazer aqui um assunto que me traz perplexidade, deputados Marquinho Viana e Euclides Fernandes. Eu gosto tanto de ser ouvido pelos senhores. Eu, deputados, fiz, aqui, nesta Casa, uma indicação a S. Ex.^a, o governador, no dia 25 de abril de 2018. Para o mês já completa um ano. E gostaria de falar um pouco sobre isso com V. Ex.^{as}.

Me permita ler: (Lê) *“O deputado, abaixo signatário, vem com fulcro no que está exposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, solicitar que seja encaminhado, através da Mesa Diretora, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, a seguinte Indicação:*

“Indicamos ao Excelentíssimo Senhor Governador da Bahia, Rui Costa, a blindagem antibalística das viaturas policiais civis e militares do Estado da Bahia.”

JUSTIFICATIVA

Não é crível, diante do crescimento avassalador do ambiente de violência instalado no estado, que justamente aqueles a quem cabe cuidar da segurança da sociedade, proteger as famílias, continuem expostos em total vulnerabilidade aos bandidos, sem proteção eficiente, capaz de mitigar as consequências da violência que alcançam os policiais, muitas das vezes transformando os guardiões da nossa segurança em vítimas do seu próprio mister.

Basta de perdermos policiais para o crime.

Espero a acolhida pelo Senhor Governador para a presente indicação.”

E assinei no dia 25 de abril.

Recebemos, Sr. Líder do Governo, uma reposta, se é que se pode dizer que isso é uma resposta séria do governo do estado da Bahia, onde a autoridade, o coronel, diz o seguinte: “Das especificações”. E aí ele fala: “No Brasil, existem quatro níveis de proteção de blindagem: o nível I, que é para...”, bodoque, “(...) bala 22; os níveis 2 e 2-A. Esses níveis fazem parte de um único nível. Segundo a tabela americana, eles resistem a armas de calibre 9 mm e a Magnum 357. Existe o nível 3-A, que tem uma resistência quatro vezes maior do que o nível 1 e é a proteção mais comumente utilizada. É resistente a armas de mão de todos os calibres, inclusive as submetralhadoras calibre 9 mm e a Magnum 44”.

A autoridade policial descreve isso para, em seguida, dizer assim: “Dito isto, a proteção mais adequada a ser utilizada em viaturas empregadas em situações de patrulhamento urbano é a 3-A, haja vista ser o nível de blindagem que oferece a proteção adequada ao tipo de armamento utilizado com mais recorrência contra os agentes de segurança em situações de resistência a intervenção policial”.

Fala do custos, elenca os custos, diz que o custo para instalar isso em todas as viaturas do estado, levando em consideração a existência de 1.613 veículos ativos, empregados na atividade operacional para a data de hoje, estima-se um impacto orçamentário da ordem de 80 milhões e 650 mil reais, para que seja implementada a proteção balística de forma integral. Ou ainda 40 milhões para que seja implantada de maneira parcial, que é o que se instala normalmente, essa forma parcial. Então precisaria o investimento de 40 milhões para se dar proteção aos guardiões das nossas famílias, da nossa segurança.

Mas sai da esfera policial e vem para a esfera política, que diz assim: “É imprescindível para a implementação da blindagem antibalística para veículos policiais um estudo mais aprofundado que tenha definidas algumas diretrizes a saber”. O estudo já foi feito, o coronel lá atrás, a equipe técnica disse qual era o padrão de proteção, que era o nível 3-A, mas aqui ele já diz que precisa de um estudo mais aprofundado. E elenca: “inciso I – se a blindagem será total ou parcial; II – se deverá ser aposta apenas em veículos novos ou se englobará os veículos já servindo nas unidades operacionais; III – se os veículos oriundos de contrato de locação também devem ser blindados ou apenas os veículos integrantes do patrimônio da PM; IV – necessidade de ajustes contratuais na hipótese de serem blindadas as viaturas oriundas de contratos de locação, bem como análise da destinação dos veículos após a extinção do contrato; V – outras questões que venham a surgir”. É uma gracinha essa interpretação política, não é da minha proposta, é do oferecimento técnico da própria polícia cá na frente, onde ele apõe o encerramento para negar.

Eu quero dizer, Sr.^a Presidente, que isso ocorre, por vezes, porque esta Casa não está atenta, esta Casa não está atenta. Eu estou aqui falando e a Casa não está atenta. V. Ex.^a prestou profunda atenção, presidente, a tudo que eu falei, mas, infelizmente, aqui, se sortearmos um deputado para dizer o que foi que eu falei aqui, com certeza ia virar aquela história da fila do banco. Chega numa fila de banco que tem 100 pessoas na fila, conta uma piada lá atrás e manda cada um ir passando a

piada adiante. Quando chegar na frente, no número um da fila, a piada já está absolutamente modificada, totalmente modificada. Ninguém prestou atenção. E, por isso, os policiais vão ficar com as viaturas sem blindagem. Isso é uma vergonha.

Num estado como a Bahia, num estado, deputado filho do deputado João Bonfim – do ex-deputado, conselheiro do Tribunal de Contas, meu amigo, que aqui chegamos, nesta Casa, juntos, aprendemos, engatinhamos aqui nos corredores da Assembleia, aprendendo minimamente como caminhar, como andar, como conviver com o ordenamento jurídico, eu e o pai de V. Ex.^a –, e V. Ex.^a aqui está, deputado Vitor Bonfim... Observe, recursos aplicados em investimentos em segurança pública. Isso aqui – esses 40 milhões que ele se refere – deveria ser investimento em segurança pública. Porque uma polícia protegida, a polícia que ganha bem, a polícia protegida se expõe mais, vai com mais tranquilidade às suas ações policiais. Mas não é assim.

Agora, em compensação, no exercício de 2018, o investimento total do estado foi do montante de R\$ 4,45 bilhões. Isso o geral de investimentos. O valor aplicado em segurança pública foi de apenas 59,7 milhões, representando 2,44% do total do estado. Por isso que, na Bahia, morre-se mais de foice, de facão, de tiro, de faca do que de infarto do miocárdio. É uma vergonha, a Bahia batendo recordes nacionais de mortes violentas. Já chegamos a 7.110 homicídios por ano. Agora, nesse mesmo período, em 2018, deputado, foram mais de R\$ 140 milhões em propaganda. Deputado Robinson, que já foi secretário, entende bem disso, desses números de investimentos em propagandas, que já foram até maiores do que esse. É uma questão de prioridade...

O Sr. Robinson Almeida Lula: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO: Está inscrito, Excelência.

(...) é uma questão de prioridade, e eu não creio que, afora situações específicas de calamidade pública, de ameaça à segurança das pessoas do estado, se possa gastar mais em propaganda do que em investimento em segurança pública. Eu ouvi aqui hoje deputados falando em não sei quantos milhões, vi na televisão, não sei quantos milhões que foram gastos pelo estado da Bahia no Carnaval. Fiquei analisando, analisando e fui ver. Aqueles milhões todos que dizem que foram gastos no Carnaval é porque botou na relação de despesa do estado a folha de pagamento das polícias civil e militar. Quer dizer, se os policiais...

(Intervenção fora dos microfones.)

É, colocou...

(Intervenção fora dos microfones.)

Mas deputada... Deputada, eu acho V. Ex.^a uma onda, deputada Olívia Santana. Mas V. Ex.^a está dizendo que acha normal colocar. Se os policiais não fossem para o Carnaval, eles não estariam na folha do mesmo jeito, Excelência? Não é uma obrigação constitucional do estado prover a segurança pública?

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO: Já tem outra pessoa inscrita. V. Ex.^a está alegre, mesmo que pinto no lixo. Já fui promover V. Ex.^a à categoria de artista, V. Ex.^a se animou todo. Mas antes de eu conceder um aparte ao deputado Robinson Andrade, eu não posso conceder. Ou não concedo a ele... E se eu não conceder a ele não posso conceder a ninguém.

Mas quero dizer o seguinte: será...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a tem 2 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) que a propaganda do governo do estado, que notadamente em ano eleitoral assume características assombrosas, é mais importante do que tomarmos contas de vidas, vidas humanas de policiais civis e militares, que precisariam, deputado Robinson Almeida, andar em viaturas protegidas por blindagem balística? E isso custaria, segundo dados da própria Polícia Militar, da própria Polícia, R\$ 40 milhões para fazer essa blindagem. Eu imaginava, quando propus, quando fiz essa indicação, que seria alguma coisa estratosférica, mas R\$ 40 milhões para quem investiu, no ano passado, R\$ 2,45 bilhões e na segurança pública R\$ 59,7, se tivesse investido mais R\$ 40 milhões teria chegado a R\$ 100 milhões, e pularia de 2,44% de investimento em segurança pública para 5%.

Com a palavra, pelo aparte, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Agradeço-lhe, deputado Targino Machado. É para enriquecer o seu pronunciamento e informar que no Carnaval é gerada uma folha extra para o policiamento, então não pode ser contabilizado como uma folha regular. E o senhor sabe que sem segurança pública não há Carnaval de Salvador. Vinte e seis mil profissionais de segurança estão nas ruas, durante uma semana, garantindo a segurança dos foliões, e por isso mesmo é gerada essa folha suplementar.

Sobre a questão da propaganda e da publicidade, só para o senhor também comparar os investimentos, Salvador, capital da Bahia, tem cerca de 3 milhões de habitantes. O prefeito ACM Neto, do Democratas, gasta, investe, 50 milhões por ano. Se fosse fazer a mesma proporção do que é gasto em publicidade em Salvador, teríamos a quantia de 250 milhões para os 15 milhões de baianos que moram no estado. Então, proporcionalmente, o governo do estado investe muito menos em publicidade que a Prefeitura de Salvador para levar as informações e prestar contas à sociedade do seu trabalho.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu quero concluir, Excelência, dizendo que eu estou na Assembleia Legislativa da Bahia, esses debates de o que é que ACM Neto faz, o que não faz, a eleição para vereador é para o ano, quem quiser fazer essa discussão, deputado Robinson, se candidata a vereador, não é o meu caso. Eu não estou aqui para puxar saco de ninguém, não estou aqui para defender ACM Neto nem ninguém...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) eu estou aqui para defender o que penso, o meu timoneiro, a minha consciência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Concluo. Excelência, eu lhe quero tão bem, vê-la aí, a senhora fica tão bem aí nesse lugar, a culpa é de V. Ex.^a, que eu não ia conceder o aparte.

Mas, quero concluir dizendo que eu acho uma pena que V. Ex.^a possa defender essa folha suplementar como um investimento, e V. Ex.^a sabe que não há folha suplementar no Carnaval que atinja aqueles quarenta e tantos milhões que ele fala, não há como, a não ser que V. Ex.^a me prove no dia de amanhã, e aí eu vou dar mão à palmatória. Não há essa conta, a conta é a folha toda.

E por outro lado, excelência, como é que esses 26 mil homens estão na rua com colete vencido, com armas obsoletas, munições vencidas e com os carros sem proteção balística. Essa é a minha preocupação.

Mas, muito obrigada pelo aparte de V. Ex.^a e incorporo o aparte de V. Ex.^a a nossa fala.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Encerrada a discussão do projeto, não tem mais nenhuma liderança inscrita. Essa votação é uma votação secreta, eu pediria aos deputados que marcassem a presença no painel, a votação é secreta.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Encerrada a discussão do projeto, não tem mais nenhuma liderança inscrita, essa votação é uma votação secreta, eu pediria aos deputados que marcassem a presença no painel.

O Sr. Targino Machado: Vai iniciar a votação, Excelência?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Como? Sim, vamos iniciar a votação, pedindo para zerar o painel, marcar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A senhora... essa votação...

O Sr. Targino Machado: Eu recomendo aos deputados de oposição que não registrem presença.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Rosemberg?

O Sr. Targino Machado: Manda zerar o painel, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já pedi. Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Essa votação, eu gostaria que V. Ex.^a marcasse os 25 minutos para que a gente pudesse atentar aqui as presenças dos deputados, uma

vez que nós teremos que ter 32 deputados presentes para iniciar a votação. Eu queria aproveitar já para pedir a todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho ou que estão nos seus gabinetes, inclusive numa sessão que está atendendo aqui a audiência do defensor público, que também se fizessem presentes nesse momento.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito zerar o painel e marcar os 25 minutos solicitados para iniciar o processo de votação.

Convoco os deputados que estejam nos seus gabinetes, que estejam na sala do cafezinho, na Biblioteca, em qualquer outro espaço daqui da Assembleia para adentrarem o plenário para marcar as suas presenças já que essa é uma votação secreta e tem que ter no mínimo 32 Srs. Deputados.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Eu quero registrar, diante desta Casa hoje, parabenizar, o Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, que fez hoje a prisão dos executores do bárbaro crime da vereadora Marielle, e do seu motorista Anderson Gomes, que completará 1 ano, no dia 14 de março.

E essa questão revelou apenas parte da verdade que o Brasil precisa saber, deputado Targino. O que o Brasil quer saber é quem mandou matar Marielle Franco? Qual foi a motivação dos mandantes para encomendar esse crime que chocou o mundo. Um bárbaro assassinato, organizado, planejado. E as primeiras revelações dos executores desse bárbaro crime identificam um deles como vizinho do presidente da República, mora no mesmo condomínio que o presidente da República. Encontrada fotos que revelam intimidade com o presidente da República.

E esse fato não pode deixar de ser associado a outras revelações que envolve o filho do presidente, Flávio Bolsonaro, senador eleito pelo estado do Rio de Janeiro, que tem entre o seu quadro de assessores Fabrício Queiróz, identificado com uma movimentação de mais de 5 milhões, durante 6 anos, e ele, comandando um esquema de manipulação de verbas de assessores para a conta direta do senador Flávio Bolsonaro e, pasmem, para a primeira-dama do país, Michelle Bolsonaro, foi encontrado uma transferência em cheque.

Portanto, eu quero, aqui, parabenizar a Polícia Civil, ao desvendamento de parte do crime, e me somar à voz brasileira, ao clamor de todos cidadãos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tem quórum para votação. Peço para zerar o painel e iniciar o processo de votação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Como encaminhar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Por ordem. O deputado Rosemberg Lula Pinto, para encaminhar a votação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria, primeiro, agradecer ao deputado Targino, que orientou a sua bancada a votar favorável aos dois vetos. Também quero

pedir a todos os deputados de governo, que a gente encaminhe favorável aos dois vetos do governador. E, logo depois, teremos uma nova especial, para que a gente possa apreciar 5 títulos por acordo aqui.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, eu atribuo o agradecimento do Líder Rosemberg Pinto a um gesto de elegância e cavalheirismo. Mas, quero dizer, deputado Rosemberg, que tenho certeza de que, como eu, V. Ex.^a sabe que aquilo que é obrigação, não se deve pedir por favor.

Eu compreendo que a minha obrigação está aqui para o exercício da boa prática legislativa, viciada com coerência, viciada com elegância. E tenho dito, Sr. Presidente, que adentra esta sessão, deputado Nelson Leal, como deputado sem exercer a liderança nesta Casa, eu tinha a liberdade de expressar os meus pensamentos de forma solitária. Como líder, eu tenho que trazer o pensamento do conjunto da ópera. E já disse aqui, ontem, ao deputado Alex, que as minhas atitudes, atitudes do líder tem que gritar de forma tão alta que ofusque a minha voz.

Então, era a minha obrigação fazer isso. V. Ex.^a nada me deve, nem ninguém nada me deve por isso. Por isso, eu quero novamente encaminhar favoravelmente a aprovação dos vetos. Lamento que não tenha chegado um outro projeto antes desse, para que fizesse, aqui, a boa disputa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ok. Encaminho, sim, a nossa bancada da mesma maneira que o deputado Targino.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Só para esclarecer, os deputados que concordam com o veto do governador votam “sim”, e os contrários votam “não”. Como há número legal, pode iniciar o processo de votação.

Só para esclarecer, o voto é secreto.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Só para esclarecimento aos Srs. Deputados que na tramitação da votação do veto não foi colocado qual dos vetos está aqui em votação.

O Sr. Targino Machado: O primeiro é da Conder. É do IPRAJ ou da Conder?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É o da Conder, e o segundo é do IPRAJ.

O Sr. Euclides Fernandes: O.k., obrigado, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É o da Conder.

Estão faltando votar os deputados Alex Lima, David Rios, Hilton Coelho, Ivana Bastos, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jusmari já está votando agora, Kátia, Marcell Moraes, Olivia Santana, Paulo Câmara, Pedro, Sandro Régis, Tiago Correia, Tom Araújo e Tum.

Vamos aguardar mais um minuto e a gente vai encerrar.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Só queria informar aqui, o nosso querido deputado e vice-presidente Alex Lima, ele se sentiu mal, estava aqui, e obviamente por isso ele não está presente, e pediu para que eu pudesse avisar. Ele ia ao médico aqui mesmo.

Mas eu acho que não tem necessidade, porque já com 42 votos favoráveis, uma vez que as duas indicações são pela aprovação; e o deputado Eduardo Sales chegando agora...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eduardo já votou.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula: O.K. Então, está tudo O.K.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a votação.

Vamos, agora, ao resultado.

Sim: 43 votos.

Não: zero.

O Sr. Targino Machado: Foi a primeira vez que vi isso aqui, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Verdade! À unanimidade é raro. Nós fazendo história. Isso é muito bom.

O Sr. Targino Machado: Voto secreto é uma desgraça.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, depois da eleição vimos que aqui não está havendo mais problema com o voto secreto.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a desmistificou isso aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Portanto, mantido o veto do Sr. Governador Rui Costa, **Mensagem nº 5.169/2018. (Pulicada no DOEL em 20/12/2018)**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo é a Mensagem nº 5.170/2019, de procedência do Poder Executivo, que veta integralmente o Projeto de Lei nº 22.933/2018, de autoria do Tribunal de Justiça da Bahia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, só para uma informação, apesar do veto do governador, ele foi... O Executivo já apresentou um novo projeto, com a mesma redação, porque esse projeto tinha um problema de vício de iniciativa e, por isso, poderia ser questionada a sua constitucionalidade. E não há qualquer prejuízo do ponto de vista do conteúdo do projeto, que foi, inicialmente, de iniciativa do Judiciário, mas agora está com a iniciativa correta, através do Executivo. Por isso indico o voto sim.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Para discutir, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Estou ferrado! Até minha mulher cansou, coitada! Até minha mulher cansou!

Mas água mole em pedra dura tanto dá, tanto bate até que fura. Não tenho qualquer dificuldade para estar aqui, fazendo o meu papel. Ninguém, nenhum eleitor foi à minha casa me pedir para eu ser candidato. E é que com essa mesma cara lisa que tenho desfilado nas ruas, nas praças públicas, visitado as casas, procurando os amigos e até os inimigos, porque a cada eleição precisamos mudar os eleitores, porque isso é como as águas do rio: ninguém consegue se banhar nas mesmas águas e ninguém consegue se eleger com os mesmos votos dos mesmos eleitores.

Então, todos nós fazemos um périplo a cada eleição, buscando o apoio para chegar a esta Casa ou qualquer outra Casa Legislativa ou qualquer outro cargo Executivo; e quem está ajoelhado tem que rezar. Este é o meu papel nesta Casa! Este é o meu desiderato! E isso aqui só serve para mim enquanto eu mantiver o mesmo elã do início até o fim, senão jogo a toalha, tiro o chapéu, desligo a energia, fecho a porta e vou embora. De outra forma eu me sentirei indigno do compromisso que assumi em praça pública com o povo.

As pessoas votaram não em Targino, as pessoas, ao meu ver, ao meu olhar, votaram no que Targino representa, deputado Marcelino Galo. E eu não tenho o direito de me desviar da minha trajetória. Eu não tenho o direito de ter dois discursos, porque eu não tenho duas caras. Porque, infelizmente, a política está contaminada com duas caras. Eu confesso, deputado Marcelino Galo, que até gostaria de ter duas caras, porque, com certeza, a outra seria mais bonita e eu usaria a outra e não esta. Aí, talvez tivesse mais votos.

Mas, falando sério, eu tenho um pacto de sangue, de honra com aquilo que acredito, e defendo o que acredito. Posso desagradar a todos ou a cada um, mas não tenho o direito de desagradar ao que se passa na minha alma, no meu coração, nas minhas convicções.

Por isso é que eu venho aqui hoje dizer aos senhores que os senhores estão fugindo de algumas discussões. Esta Casa está se quedando, deputada Fabíola. Esta Casa está se omitindo de algumas discussões. Parece que esta Casa está separada por uma distância abismal do que está a acontecer lá fora, como, por exemplo, no Planserv.

E me dirigi à deputada Fabíola porque é minha colega médica e sabe das dificuldades dos nossos colegas que trabalham, que prestam serviços ao Planserv. Mas por pior que estejam os anestesistas, por pior que estejam os prestadores de serviços do Planserv, eles estão, seguramente, melhores do que os beneficiários do plano de saúde do funcionário público do estado da Bahia. Esses estão passando dificuldades e as queixas chegam ao meu endereço, aos meus endereços, ao meu telefone, ao meu *e-mail*, às redes sociais, como, com certeza, chegam a V. Ex.^a também.

E nós estamos silentes, entrando mudo neste Plenário sagrado e dele saindo calado. Ninguém fala do Planserv, deputado Rosemberg. Precisamos falar do Planserv.

Ainda pior do que isso, porque o Planserv atinge 500 mil beneficiários, há um outro assunto ao qual os senhores não estão se reportando, que é a reforma da previdência social.

Em outros tempos, talvez há 1 ano e meio, os deputados que aqui estavam, como V. Ex.^{as}, deputado Rosemberg, deputado José Raimundo, deputada Fabíola Mansur... lembram de tantos quantos se indignaram com a proposta de reforma daquele satanás, do Michel Temer?

Depois que o governador Rui Costa ganhou a eleição com mais de 75% dos votos, deputado Hilton, ele viajou, passou 1 mês fora e retornou ao Brasil. E aqui chegando, depois de ter passado todos os anos do seu governo falando da situação fiscal equilibrada do Estado da Bahia, de que aqui vivíamos, estávamos hospedados numa ilha de alegria e felicidade onde tudo estava bem, ele volta de viagem em novembro, convoca a imprensa e o conselho político para dizer qual a real situação das finanças do estado. Isso passada a eleição.

E fala do débito de R\$ 2,08 bilhões da previdência social, anuncia que a previdência social dos funcionários na Bahia está quebrada e manda para esta Casa um pacote de maldades, um verdadeiro pacote de traição a quem no dia da eleição lhe deu a mão, que foi, com certeza, à exceção das polícias Militar e Civil, o conjunto dos servidores públicos, que votaram maciçamente em Rui Costa. E, aí, o percentual foi muito maior do que os 75,5% dos votos.

E ele, além de não ter dado reajuste nos últimos 4 anos, assume que este ano não poderia dar e que seria difícil nos próximos anos falar em reajuste de salário. E prepara o punhal e o atocha nas costas do servidor, aumentando de 12%, que já é uma taxa altíssima de desconto no salário para suportar a previdência social, para 14%.

E os deputados que aqui estavam, que tanto criticaram a reforma de Michel Temer, vieram para cá amarelados, é fato, mas defenderam e votaram aquela ignomínia, aquela coisa imoral. Não é ilegal, não era ilegal, porque os Srs. Deputados revestiram aquilo com o manto da legalidade, com os votos de V. Ex.^{as}. Mas, com certeza, é algo amorfo, inodoro e imoral aquela minirreforma da previdência social.

Depois disso, deputado Hilton, esta Casa mudou. Esta Casa não vai ser mais a mesma, nunca, com respeito às reformas da previdência social. Por quê? Embora ontem o governador tenha reunido a Bancada para dar alguns comandos, ontem ou anteontem, segundo a imprensa divulgou, na verdade, o governador Rui Costa tem consciência plena de que após a aprovação, se for aprovada – porque quem mais torce pela aprovação dessa reforma da previdência não sou eu nem V. Ex.^a, deputado Hilton, é o governador Rui Costa –, ele vai mandar, aí, sim, não mais a minirreforma, mas a reforma da previdência social da Bahia.

Recordo-me também, Sr. Presidente, Nelson Leal, que os deputados aqui, notadamente os deputados petistas, de forma raivosa nos governos anteriores, e eu era aliado deles, falavam da precarização da mão de obra, gritavam aqui contra o Reda, falavam contra o Reda. E assumiram o governo com a minha caminhada, fiz o

caminho para essa turma chegar ao Palácio em Ondina, chegar ao poder. E lá chegando, os Redas deixaram de ser exceção e passaram a ser a regra, a regra.

E o que isso provoca de mais infame e perverso? A Bahia tem, no presente momento, 8,5 servidores estaduais aposentados para cada 10 funcionários em atividade. Essa conta não fecha! Nós não estamos colocando para dentro da previdência nomes novos. E o que são nomes novos? Fazer concurso público para, em vez daqueles funcionários precarizados, em vez deles estarem descontando para o INSS, eles deveriam estar descontando para a Previdência estadual. Talvez não precisasse nem aumentar dos 12 para 14% a alíquota de contribuição previdenciária. Só isso já resolveria.

Ou seja, os funcionários públicos da Bahia, aqueles cobertos pela Previdência, envelheceram, repito, envelheceram! Isso fará com que o governador Rui Costa tenha obrigação de enviar nova reforma para ALBA, pois, logo que se aprove a reforma no Congresso, ele dirá ser contra e isso e aquilo. Logo, ele convocará esta Casa para fazer uma reforma da Previdência estadual de afogadilho, repito, de afogadilho, com certeza, não dando as condições de discussão que o governo federal está dando à Câmara Federal para analisar e discutir. Quando vier para aqui, vem de afogadilho, não é?

O povo que se exploda!

Os deputados que se campem!

Deputados não estão aqui para discutir. Deputados estão aqui para aprovar. E quando digo deputado, estou me dirigindo à maioria de deputados da base governista, não é? O governador, que lá está, sabe que, aqui, nesta Casa, nada se aprova, nem projeto de deputado, se ele não der o sim, se ele não der o o.k., não der o de acordo.

Eu lamento muito que estas coisas estejam acontecendo na minha Bahia, que eu não escolhi para nascer. Não escolhi a Bahia para nascer. Nenhum de nós escolheu estado nenhum para nascer. Mas eu, ao longo desses mais de 60 anos, escolhi a Bahia como estado interessante para viver e para amar.

E é em nome disso que se eu tivesse aqui mais 20 minutos, mais 40 minutos, mais 60 minutos, se precisasse varar a noite, eu estaria aqui no cumprimento fiel do meu dever, do meu papel, do meu desiderato. Não estou enviando repto nem desafio a ninguém para fazer igual, até porque tenho a obrigação de, exercendo meu múnus parlamentar, respeitar as prerrogativas e a forma de cada um dos senhores de exercer os seus mandatos.

Quero, apenas, regimentalmente, dizer que o deputado Hilton Coelho, líder de uma representação partidária, tem o direito de se inscrever e falar aqui – viu, deputado Hilton? – se não me falhe a memória, pela metade do tempo que eu tenho. V. Ex.^a tem direito a falar durante 10 minutos. Se V. Ex.^a quiser se inscrever, é só levantar o braço em direção ao presidente. Isso será uma contribuição. Assim, V. Ex.^a fará o que gosta de, como eu, marcar posição.

Eu não quero aparecer. Eu quero marcar a minha posição. E, como não minto, me repito, quero me repetir dizendo que esta Bahia está muito mal. Esta é uma Bahia que o ensino médio fica em último lugar na avaliação do MEC. Esta Bahia é cantada

em prosas e versos aqui por S. Ex.^{as}, os deputados, como um estado saneado com serviços públicos de qualidade.

A Bahia é um estado onde as pessoas morrem todos os minutos, não, se não for em segundos, na fila da regulação padecendo e cobrando, e pedindo, e adulando, e ligando para deputado para pedir a intercessão de deputado para conseguir uma vaga no hospital. Mas ainda tem deputado que vem para cá defender que a saúde pública na Bahia está bem! Não é?

Ó, a Bahia é o estado que menos investe em saúde pública e em atenção à saúde. O gasto por habitante, o gasto *per capita* na Bahia é de R\$ 2,13! Alguém, há pouco, falou que a competência da saúde é uma competência tripartite e é porque foi a Constituição cidadã de 1988 que disciplinou isso, ou seja, criou o SUS e definiu que o financiamento do SUS seria tripartite: municípios, estados e governo federal.

E o alarmante desse número que eu dou de R\$ 2,13 por habitante que é o gasto saúde na Bahia, eu não estou falando do estado, o gasto do estado, deputado Hilton Coelho, eu estou falando do gasto somado das prefeituras, do estado e do governo federal. Isso é uma imoralidade!

Enquanto isso, deputado Tom, o Planserv está como está. Enquanto isso, a segurança está como está! Enquanto isso, a Assembleia está como está, esta maravilha onde as pessoas se reúnem para dizer: “Governador, o senhor é o melhor governador de todos os tempos.”

Pelo amor de Deus, nós precisamos deixar de ser figurantes e nos transformar naquilo que a Bahia espera de cada um de nós, protagonistas da história.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente... Aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton.

O Sr. Targino Machado: Ele está se inscrevendo para falar.

O Sr. Hilton Coelho: Eu poderia ter tempo na tribuna para falar?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a já se inscreveu?

O Sr. Targino Machado: Ele está se inscrevendo de lá.

O Sr. Hilton Coelho: Estou me inscrevendo agora, se for, regimentalmente, possível.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É porque a inscrição já tinha sido encerrada.

O Sr. Targino Machado: Com a devida vênia, V. Ex.^a não prestou atenção e ele está ali a dizer: “Presidente, presidente...” Ele está recorrendo a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, eu não vou criar nenhum tipo empecilho. A única coisa que eu estava dizendo é que eu tinha encerrado a discussão em função de não termos aqui no livro das inscrições...

O Sr. Targino Machado: Não foi aberto, ouviu, Excelência? Não foi aberto o livro para inscrições...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas está...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Eu não vou cassar a palavra do deputado Hilton não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, regimentalmente, este é o tempo do encaminhamento dos Líderes. Então não podemos modificar. Regimentalmente, não podemos. Acho que ele pode fazer uma questão de ordem e falar. Mas quanto ao encaminhamento da tribuna, esta é uma prerrogativa dos Líderes. Certo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, os Líderes partidários têm direito a discutir pelo tempo de 20 minutos e os representantes partidários também. Eles têm direito à metade do tempo.

Então o deputado Hilton Coelho tem direito a discutir a matéria pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton Coelho. Por favor, marquem, no painel, o tempo de 10 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, acho que nós votamos aqui a possibilidade do veto em relação à Conder. Mas sabemos que são dois projetos que, me parece, nós aprovaremos, unanimemente, o veto do governador.

No entanto, me parece importante, como fez aqui o deputado Targino, discutir um pouco a trajetória disso; não apenas porque a trajetória desta chamada pequena reforma administrativa, feita pelo governador Rui Costa, à época, enfrentou muita resistência dos movimento sociais, dos servidores, daqueles que têm preocupação, a longo prazo, com o futuro da nossa Bahia, como também existe uma projeção de futuro que nos sinaliza que aquela pequena reforma é, na verdade, apenas, a ponta do *iceberg* num processo que, ao nosso ver, ao ver do PSOL, é um verdadeiro processo de desmonte da máquina pública estadual.

Então não foi por outro motivo que os trabalhadores da Conder estiveram aqui e conseguiram, na votação anterior, ter revogada a situação de extinção da Conder, ainda que, a partir da negociação da aposentadoria de muitos dos quadros da Conder, extremamente experientes, inclusive testados na prática pelo governador Rui Costa com as chamadas obras tamanho G. Agora, ele está falando de gente. Mas, à época, eram obras gigantes, gigantescas que precisavam, portanto, do aval e da análise e das proposições vindas da nossa Conder.

Então, é pensar naquele momento e nessas obras que não foram obras tamanho G. Este é o pensamento do PSOL. Digo isso porque elas estão relacionadas a um projeto de Bahia que a gente está vendo aqui qual é. Há uma Bahia que é a 6ª economia do país, 24º estado em condições sociais de vida.

Aliás, o vice-governador João Leão chegou a fazer um pronunciamento, agora na posse do novo defensor público geral da Defensoria Pública da Bahia, falando sobre a situação da renda *per capita*, a divisão da riqueza do estado pelo número de habitantes da Bahia que teria colocado a Bahia numa situação anterior de 23º para 14º estado em relação à divisão da riqueza *per capita* dos estados brasileiros.

No entanto, o governador oculta que, apesar de a renda *per capita* do estado ter de fato evoluído para essa condição de 14º estado do Brasil, apesar disso, nós permanecemos, ainda, como a 6ª economia, mas o 24º estado em condições sociais de vida.

Bom, não se pode pensar em superar este quadro se nós vamos desnutrindo o estado baiano de organizações como a Conder. E, neste caso, no caso da votação anterior, o governo fez isso com a habilidade, eu diria, sinistra, porque, apesar de não extinguir o órgão, fez com que um conjunto de intelectuais, de técnicos extremamente preparados, se prepararam por décadas para servir a Bahia, eles simplesmente tivessem que deixar o quadro da Conder, o que significa uma perda irreparável.

Digo isso porque o que dá vida aos órgãos, obviamente, são os servidores. A trajetória acumulada desses servidores técnicos faz com que este tipo de instituição consiga responder às grandes demandas que o público exige, o sentido do público exige em nosso país, exige em nosso estado.

Então, o que a gente viu foi um processo de chantagem que o governo fez em relação aos trabalhadores da Conder que tiveram que ser obrigados, uma parte deles, à aposentadoria. Por isso, o veto quanto à extinção da Conder se dá, mas se dá numa condição de desmonte da própria Conder.

Nós consideramos, como falei anteriormente, que a alma da organização e a alma do órgão são os seus servidores que acumularam tecnicamente durante décadas. Se uma parte dele sai, você vai estar, de alguma forma, desmontando a própria organização. Então, esta é a lógica. Esta foi a lógica da reforma administrativa.

Eu quero, neste sentido, marcar uma posição aqui do PSOL. Gostaria de deixar muito evidente que nós entendemos que, de alguma forma, o governo fez um recuo em relação ao caso da Conder. Os dois vetos significam, de alguma forma, um posicionamento de recuo do governo, mas um recuo numa ofensiva que não vai parar, porque vai estar referenciado numa posição nacional que é uma posição de desmonte total do Estado brasileiro.

O governo Bolsonaro, diga-se de passagem, enviou, ontem, ao Congresso Nacional uma proposta de PEC, a sua base, ao Senado, uma proposta de PEC que simplesmente retira os limites obrigatórios de gastos na saúde e na educação. Aqueles 15 e 25% que nós tínhamos, respectivamente, para saúde e educação, que seria o mínimo de gasto permitido por cada governo nessas áreas que são centrais para a vida do país podem ser retirados se, junto com todo o desmonte que Bolsonaro pretende fazer, a previdência pública, venda das estatais, conseguir também aprovar essa PEC. Infelizmente o que nós estamos percebendo é uma consonância entre essa política nacional e a política que está se fazendo nos estados. Aqui na Bahia, infelizmente, não é diferente.

Então, para nós é importante deixar claro que o nosso voto será um voto aprovando o veto, mas com o sentido crítico de que essa reforma que foi iniciada logo no final de 2018, ela, de fato, vai ter uma radicalização com as políticas que vão ser aprovadas, possivelmente serão aprovadas nacionalmente. Nós vamos fazer toda a luta para que essa política não seja aprovada nacionalmente, um dos primeiros desafios é a paralisação nacional do dia 22. É preciso que toda a sociedade brasileira se mobilize para dar a primeira lição ao governo Bolsonaro, que é a derrota em relação à reforma da Previdência.

Mas esse nosso voto a favor dos vetos não tem o significado de aprovação dessa política do governo do estado, pelo contrário, a posição do PSOL sempre foi uma posição crítica, antes do PSOL, inclusive, chegar a esta Casa, foi uma posição crítica no momento que o governo fez as reformas no final do ano passado e nós vamos seguir na trincheira com os movimentos sociais para barrar todas as políticas do governo Rui Costa que signifiquem o desmonte da máquina pública.

Então, chegamos aqui ao encerramento da nossa fala dizendo que o nosso voto será um voto a favor do veto, mas um voto crítico em relação ao desmonte da máquina pública do governo do estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

Em votação a Mensagem nº 5170 de 2019.

A votação é secreta e eu convido a todos os deputados que comecem ...

(O senhor Targino Machado fala fora do microfone)

Então V. Ex.^a quer fazer uma verificação de quórum?

O Sr. Targino Machado: Eu quero. Eu acho até que desnecessário, porque, pelo que fala o regimento, eu acho que V. Ex.^a deveria mandar zerar o painel e ao invés de marcar tempo, 25 minutos, ir chamando, dar o tempo para as pessoas chegarem e ir votando.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade é o seguinte, eu acho que a própria votação, como ela tem que ter 32 votos, ela, por si só, já verifica o quórum. Então eu entendi que o deputado Targino quer apenas que refaça a votação.

Já votaram 21 deputados...

O Sr. Targino Machado: É quórum qualificado de maioria absoluta, 32 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como o deputado Targino pediu quórum, e V. Ex.^a quer que esse quórum seja obviamente nominal, eu vou pedir para zerar...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não é quórum. Ele zera o painel, e já, ao invés de quórum, já vota, já faz a votação. É um tempo desnecessário, mas o deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: O Presidente Nelson Leal incorporou o espírito legalista, e eu estou com V. Ex.^a. Então, que zere o painel, abra o tempo de 25 minutos para a contagem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É um direito do deputado Targino, vamos zerar o painel e marcar os 25 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, 32... não precisa de 25 minutos, lógico. Vamos lá, eu pedi aos deputados e deputadas que já, imediatamente, a gente vote... (pausa)... as presenças.

(Pausa)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ele tem que dar presença, já deu, já deu, 33.

O Sr. Targino Machado: Eu prometi à deputada Maria del Carmen que daria presença no lugar dela.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas, V. Ex.^a também pediu quórum e é necessário dar a sua presença.

O Sr. Targino Machado: Mas, aí era obrigação de V. Ex.^a pedir, não era minha de oferecer.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas, nós já temos 33 deputados, já tem quórum legal. Então, em votação, voto secreto, a Mensagem 5.170/2019, de procedência do Poder Executivo.

Em votação...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu encaminho voto sim, da mesma maneira que o deputado Targino, que fez declaração de voto sim e espero que a gente tenha também a unanimidade dos votos aqui nesta Casa.

O Sr. Targino Machado: De igual modo, Sr. Presidente, quero encaminhar o voto sim, o voto da Bancada de Oposição. Voto sim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tanto os líderes do Governo como da Oposição, encaminham voto sim.

Queria dizer aos Srs. deputados que, depois dessa votação, nós ainda temos mais 5 Projetos de Resoluções para serem votados, todos por acordo: Projeto de Lei nº 2.628/2018, de autoria da deputada Maria del Carmen Lula. O Projeto de Resolução nº 2.657, de autoria da deputada Fabíola Mansur. O Projeto de Lei nº 2.623, do deputado Alan Sanches; o Projeto de Resolução nº 2.643, de autoria do deputado Bobô e o Projeto de Resolução nº 2.630, também de autoria do deputado Alan Sanches.

Meus amigos, deputados e deputadas, eu queria aqui falar com os senhores e as senhoras a respeito da concorrência que está ocorrendo, aqui, no restaurante da Casa. Nós estamos enfrentando uma ocorrência extremamente judicializada. Então enquanto a gente espera a tramitação legal desse processo, nós pedimos já à Superintendência, aqui, da Assembleia, que inicie um processo de contratação emergencial de um restaurante para restabelecermos o nosso trabalho.

Eu queria explicar aos senhores o motivo de nós não termos procedido de imediato. Nós não tínhamos, na minha ótica, se tinha um processo licitatório em curso, não era de bom-tom, logo nos primeiros dias do nosso mandato, já fazer uma contratação emergencial. Visto que esse processo está-se alongando não há outra

alternativa senão nós fazermos uma contratação emergencial para voltarmos a ter os trabalhos na sua integralidade e na sua normalidade.

Então comunico aos senhores e as senhoras que espero que no mais breve tempo possível a gente resolva essa situação que está sendo incômoda para todos os deputados aqui da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Como já tem 41 ... Um momento que o deputado Hilton está com dificuldade no... É melhor V. Ex.^a tentar de outros monitores.

(Pausa)

Encerrada a votação.

Vamos pedir para abrir o painel.

(Pausa)

Quarenta e dois, sim. Mais uma vez o voto secreto aqui está de uma lisura extraordinária.

(Pausa)

Vou proclamar o resultado: 42, sim; nenhum não. Então fica mantido o veto do Sr. Governador, **Mensagem nº 5.170/2018. (Publicada no DOEL em 05/1/2019)**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento da presente com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: o Projeto de Resolução nº 2.628; Projeto de Resolução 2.657; 2.623; 2.643; e 2.630.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.